

Vol. 1, No. 3 (junho 2026)

REVISTA ATHENA LATINHO-AMERICANA

**DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
INCLUSIVAS: Desafios e possibilidades na educação básica**

**ETHNIC-RACIAL DIVERSITY AND INCLUSIVE PEDAGOGICAL
PRACTICES: Challenges and possibilities in basic education.**

Marília Correa dos Santos¹
Priscilla Patrício de Holanda²

Revista Athena Latino-Americana
DOI: [10.69720/3086-5182.2026.000012](https://doi.org/10.69720/3086-5182.2026.000012)
ISSN: [3086-5182](https://issn.org/3086-5182)

¹Mestranda em Educação pela Cristhian School Bussines; Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG).

ORCID: [8480128827307367](https://orcid.org/8480128827307367)

E-mail: marilia.1967@hotmail.com

²UEG)Mestra em Educação pela Universidade Federal de Catalão (UFCAT), Graduada em Ciências Sociais –UFCAT, Graduada em Pedagogia – Faculdade Catedral.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3684894396289258>

E-mail: priscyholanda@gmail.com



Vol. 1, No. 3 (JUNHO 2026)

DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS: Desafios e possibilidades na educação básica

Marília Correa dos Santos e Priscilla Patrício de Holanda



PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE

ISSN
International Standard Serial Number
3086-5182
www.athena-latino-americana.com

Editora e Revista
Athena Latino-Americana
CPF: 639.619.621-20
Naviraí – Mato Grosso do Sul
Rua: Botocudos, 365 – Centro
CEP: 79950-000

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar de que forma as práticas pedagógicas podem contribuir para a promoção da inclusão étnico-racial na educação básica, considerando os desafios e as possibilidades presentes no contexto educacional brasileiro. Parte-se do reconhecimento de que a diversidade étnico-racial constitui um elemento estruturante da sociedade e, portanto, deve ser compreendida como dimensão fundamental no processo educativo. O estudo fundamenta-se em referenciais teóricos críticos, com destaque para as contribuições de Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga, Paulo Freire, Vera Maria Candau, Antônio Flávio Moreira, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Dermeval Saviani, que abordam a educação como prática social, política e transformadora. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, que possibilitou a análise crítica de produções acadêmicas relevantes sobre o tema. Os resultados indicam que, embora haja avanços no campo das políticas públicas, como as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, ainda persistem desafios relacionados à formação docente, à implementação curricular e à superação de práticas pedagógicas excludentes. Conclui-se que a promoção da inclusão étnico-racial exige uma ação intencional, contínua e articulada por parte da escola, envolvendo práticas pedagógicas críticas, currículo multicultural e formação docente comprometida com a equidade e a justiça social.

Palavras-chave: Diversidade étnico-racial; Educação inclusiva; Práticas pedagógicas; Currículo Multicultural.

ABSTRACT

This article aims to analyze how pedagogical practices can contribute to the promotion of ethnic-racial inclusion in basic education, considering the challenges and possibilities present in the Brazilian educational context. It is based on the recognition that ethnic-racial diversity constitutes a structuring element of society and, therefore, must be understood as a fundamental dimension in the educational process. The study is grounded in critical theoretical frameworks, highlighting the contributions of Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga, Paulo Freire, Vera Maria Candau, Antônio Flávio Moreira, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, and Dermeval Saviani, who approach education as a social, political, and transformative practice. Methodologically, this is a qualitative study developed through a bibliographic review, which enabled a critical analysis of relevant academic productions on the topic. The results indicate that, although there have been advances in public policies, such as Laws No. 10.639/2003 and No. 11.645/2008, challenges still persist regarding teacher education, curriculum implementation, and the overcoming of exclusionary pedagogical practices. It is concluded that promoting ethnic-racial inclusion requires intentional, continuous, and articulated action by the school, involving critical pedagogical practices, a multicultural curriculum, and teacher education committed to equity and social justice.

Keywords: Ethnic-racial diversity; Inclusive education; Pedagogical practices; Multicultural curriculum.

INTRODUÇÃO

A diversidade étnico-racial constitui um dos pilares fundamentais da sociedade brasileira, marcada historicamente pela pluralidade de povos, culturas e identidades. No contexto educacional, essa diversidade se apresenta como um elemento central para a construção de práticas pedagógicas mais equitativas, críticas e inclusivas. Entretanto, apesar dos avanços nas políticas públicas, a escola ainda enfrenta desafios significativos no reconhecimento e na valorização das diferenças étnico-raciais, muitas vezes reproduzindo desigualdades históricas e estruturais. Nesse cenário, torna-se imprescindível compreender como a educação pode atuar como instrumento de transformação social, promovendo o respeito à diversidade e o enfrentamento do racismo no

ambiente escolar.

A educação inclusiva, nesse contexto, ultrapassa a ideia de acesso e permanência, abrangendo a valorização das identidades culturais, étnicas e raciais dos sujeitos. Trata-se de um compromisso ético e político com a construção de uma escola democrática, que reconheça e respeite as diferenças como elementos constitutivos do processo educativo. Nesse sentido, a inserção de práticas pedagógicas que contemplem a diversidade étnico-racial contribui para o desenvolvimento de uma consciência crítica nos estudantes, favorecendo a formação de cidadãos mais conscientes, empáticos e comprometidos com a justiça social.

No Brasil, importantes marcos legais reforçam essa perspectiva, como a Lei nº

10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, e a Lei nº 11.645/2008, que amplia essa obrigatoriedade ao incluir a história e cultura indígena nos currículos escolares. Essas legislações representam avanços significativos na luta por uma educação mais inclusiva e plural, ao reconhecer a necessidade de valorização das contribuições dos povos historicamente marginalizados. No entanto, sua efetivação no cotidiano escolar ainda demanda mudanças nas práticas pedagógicas, na formação docente e na organização curricular.

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de fortalecer o debate acerca da inclusão étnico-racial na educação básica, considerando sua importância para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Do ponto de vista social, contribui para o enfrentamento do racismo e das desigualdades históricas; no âmbito educacional, colabora para a melhoria das práticas pedagógicas e para a formação de professores mais preparados para lidar com a diversidade; e, no campo científico, amplia as discussões teóricas e práticas sobre a temática, oferecendo subsídios para futuras pesquisas e intervenções na área da educação.

A discussão sobre diversidade étnico-racial na educação brasileira encontra sólido respaldo em referenciais teóricos críticos que problematizam as relações de poder, identidade e cultura no espaço escolar. Nilma Lino Gomes (2006) destaca que a escola é um espaço privilegiado para a construção de identidades e, portanto, deve assumir o compromisso político de enfrentar o racismo e valorizar as culturas afro-brasileiras e indígenas. Para a autora, não basta inserir conteúdos nos currículos; é necessário promover uma mudança nas práticas pedagógicas e nas concepções de ensino, de modo que a diversidade seja reconhecida como elemento estruturante da educação. Nessa mesma direção, Kabengele Munanga (2008) enfatiza que o racismo no Brasil é um fenômeno histórico e estrutural, o que exige da escola uma postura ativa na desconstrução de estereótipos e preconceitos ainda presentes no cotidiano educacional.

Sob a perspectiva da educação crítica, Paulo Freire (2016) contribui significativamente ao defender uma prática pedagógica fundamentada no diálogo, na problematização e na valorização da experiência dos sujeitos. Para o autor, ensinar exige respeito aos saberes dos educandos, o que implica reconhecer suas origens culturais, étnicas e sociais como parte essencial do processo educativo. Nesse sentido,

a educação voltada à diversidade étnico-racial deve romper com práticas bancárias e excludentes, promovendo uma pedagogia emancipadora que possibilite aos estudantes compreender e transformar a realidade em que estão inseridos. Complementarmente, Antônio Flávio Moreira (2011) e Vera Maria Candau (2013) defendem a construção de um currículo multicultural crítico, que vá além da simples inclusão de conteúdos, promovendo o reconhecimento das diferenças e o combate às desigualdades por meio de práticas pedagógicas contextualizadas e reflexivas.

Além disso, autores como Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2010) têm papel fundamental na consolidação das diretrizes para a educação das relações étnico-raciais no Brasil, especialmente no âmbito das políticas públicas e da formação docente. A autora destaca que a implementação efetiva das legislações vigentes depende diretamente do compromisso dos educadores com uma prática antirracista e com a valorização das identidades historicamente silenciadas. Nessa perspectiva, a formação inicial e continuada de professores torna-se elemento central para a construção de uma educação inclusiva, capaz de reconhecer a diversidade como riqueza e não como problema. Assim, o aprofundamento teórico aliado à

prática pedagógica crítica configura-se como caminho essencial para a promoção de uma educação básica que, de fato, contemple a diversidade étnico-racial em sua plenitude.

Diante desse contexto, este estudo tem como problema de pesquisa a seguinte questão: como as práticas pedagógicas podem promover a inclusão étnico-racial na educação básica? Para responder a essa problemática, estabeleceu-se como objetivo geral analisar de que forma as práticas pedagógicas contribuem para a promoção da inclusão étnico-racial no ambiente escolar.

MÉTODO

Este estudo trata-se de uma revisão bibliográfica, de caráter qualitativo. A revisão bibliográfica constitui uma etapa essencial na realização de pesquisas acadêmicas, especialmente no viés da educação, cuja natureza interdisciplinar e histórica exige constante atualização teórica e análise crítica das produções científicas existentes.

Esta abordagem metodológica adquire relevância estratégica por permitir o diálogo com diferentes abordagens teóricas e políticas, sendo essencial para compreender como conceitos-chave, como currículo,

aprendizagem, avaliação, inclusão e formação docente, vêm sendo discutidos ao longo do tempo e em distintos contextos sociais. Conforme Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é imprescindível nos estágios iniciais da elaboração de projetos, na medida em que auxilia na delimitação do problema, na sugestão de hipóteses e na construção do referencial teórico.

Além disso, a revisão bibliográfica possibilita a identificação de lacunas no conhecimento científico, contribuindo para a proposição de novas perspectivas de investigação. Ao analisar criticamente diferentes autores e correntes teóricas, o pesquisador não apenas sistematiza informações já existentes, mas também estabelece relações entre conceitos, confronta ideias e amplia a compreensão do fenômeno estudado. Nesse sentido, essa abordagem favorece a construção de uma base teórica consistente, capaz de sustentar análises mais aprofundadas e contextualizadas no campo educacional.

Por fim, destaca-se que a natureza qualitativa deste estudo permite uma interpretação mais sensível e reflexiva dos dados teóricos levantados, priorizando a compreensão dos significados, concepções e implicações das produções analisadas. Esse tipo de abordagem valoriza a subjetividade e a complexidade dos processos educacionais, reconhecendo que a realidade escolar é permeada por múltiplas dimensões — sociais, culturais, políticas e históricas. Assim, a revisão bibliográfica, aliada à perspectiva qualitativa, constitui um caminho metodológico adequado para investigar criticamente as contribuições teóricas acerca do tema em questão.

DESENVOLVIMENTO

A discussão acerca da diversidade étnico-racial na educação brasileira encontra respaldo em importantes referenciais teóricos que analisam criticamente as relações entre cultura, identidade, poder e educação. Nesse contexto, a escola é compreendida não apenas como espaço de transmissão de conhecimentos, mas também como um ambiente de construção de identidades e de reprodução — ou transformação — das desigualdades sociais e raciais. Conforme destaca Nilma Lino Gomes (2006), a educação das relações étnico-raciais deve ser entendida como um compromisso político e pedagógico, sendo essencial para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

A escola é um espaço de formação humana e, como tal, deve assumir o compromisso com a valorização das identidades dos sujeitos que a constituem. A diversidade étnico-racial não pode ser tratada como um tema secundário ou pontual, mas como elemento estruturante do currículo e das práticas pedagógicas. Reconhecer e valorizar as diferenças implica enfrentar o racismo presente nas instituições e promover ações educativas que contribuam para a equidade social (Gomes, 2006, p. 32-33).

Nessa mesma perspectiva, Kabengele Munanga (2008) analisa o racismo no Brasil como um fenômeno histórico e estrutural, que se manifesta de forma explícita e, muitas vezes, velada. Para o autor, a escola desempenha papel fundamental no enfrentamento dessas desigualdades, sendo necessário romper com o mito da democracia racial e promover uma educação verdadeiramente antirracista. O autor enfatiza que o mito da democracia racial contribui para a negação do racismo e dificulta a implementação de ações efetivas de combate às desigualdades. Ao sustentar a ideia de convivência harmônica entre as diferentes raças, esse mito invisibiliza práticas discriminatórias que se manifestam no cotidiano escolar, como a baixa expectativa em relação ao desempenho de estudantes negros, a ausência de representatividade nos materiais didáticos e a naturalização de estereótipos. Para quem

O racismo no Brasil é um problema estrutural que se perpetua por meio de práticas sociais e institucionais. A escola, enquanto espaço de socialização, pode tanto reproduzir essas desigualdades quanto atuar como instrumento de transformação. Para isso, é necessário que educadores estejam preparados para problematizar estereótipos, valorizar a identidade negra e promover uma educação que reconheça a diversidade como riqueza cultural (Munanga, 2008, p. 45-46).

Nesse contexto, torna-se imprescindível que a escola reconheça essas manifestações e atue de forma crítica, promovendo reflexões que desnaturalizem o racismo e estimulem o respeito à diversidade. Além disso, a construção de uma educação antirracista exige práticas pedagógicas intencionais e contínuas, que valorizem a história, a cultura e a identidade dos povos afro-brasileiros e africanos.

De acordo com o autor não se trata apenas de inserir conteúdos no currículo, mas de promover uma mudança de postura que envolva

toda a comunidade escolar. Isso implica desenvolver estratégias que incentivem o protagonismo dos estudantes, o diálogo intercultural e a problematização das desigualdades sociais. Dessa forma, a escola passa a desempenhar um papel transformador, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e conscientes, capazes de reconhecer e enfrentar as injustiças raciais presentes na sociedade.

Nesse cenário, Munanga (2008) analisa o racismo no Brasil como um fenômeno histórico e estrutural, frequentemente invisibilizado pelo mito da democracia racial, o que dificulta seu enfrentamento no contexto escolar. Ao dialogar com essa compreensão, Paulo Freire (2016) reforça a necessidade de uma prática educativa crítica e emancipadora, pautada no diálogo e no respeito aos saberes dos educandos. Nessa articulação, compreende-se que uma educação antirracista não pode ser neutra, mas deve assumir uma postura ética e política, capaz de reconhecer as desigualdades e atuar intencionalmente na sua superação. Assim, o enfrentamento do racismo no ambiente escolar exige práticas pedagógicas que valorizem as identidades culturais e étnicas dos estudantes, promovendo o reconhecimento e a valorização da diversidade como elemento constitutivo do processo educativo.

A partir dessa perspectiva, a pedagogia freireana contribui para a construção de práticas que rompam com a lógica tradicional e excludente do ensino, favorecendo uma aprendizagem significativa e contextualizada. Ao considerar os estudantes como sujeitos históricos e culturais, a escola passa a reconhecer suas experiências como parte fundamental do conhecimento, o que é essencial no combate às desigualdades raciais. Nesse sentido, o diálogo torna-se ferramenta central para problematizar preconceitos e desconstruir visões estereotipadas, possibilitando a construção de uma consciência crítica acerca das relações étnico-raciais presentes na sociedade.

Além disso, a articulação entre as contribuições de Munanga (2008) e Freire (2016) evidenciam que a educação antirracista demanda uma prática pedagógica intencional, contínua e comprometida com a transformação social. Isso implica não apenas a inclusão de conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira, mas também a revisão das práticas escolares, das relações interpessoais e das estruturas institucionais que sustentam desigualdades.

Dessa forma, a escola se consolida como um espaço de resistência e de produção de novos significados, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, conscientes e capazes de atuar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Afinal,

Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos. Por isso mesmo, pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos chegam a ela — saberes socialmente construídos na prática comunitária — mas também discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos (Freire, 2016, p. 31).

Essa perspectiva reforça a necessidade de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e promovam a participação ativa dos estudantes, contribuindo para a construção de uma consciência crítica acerca das relações étnico-raciais. No campo do currículo, Vera Maria Candau (2013) e Antônio Flávio Moreira (2011) defendem a construção de um currículo multicultural crítico, que vá além da simples inclusão de conteúdos sobre diversidade. Para esses autores, é necessário questionar as relações de poder que historicamente marginalizam determinados grupos sociais e promover práticas pedagógicas que valorizem diferentes culturas e identidades.

Um currículo comprometido com a perspectiva multicultural crítica não se limita à incorporação de conteúdos diversos, mas busca problematizar as desigualdades e as relações de poder presentes na sociedade. Trata-se de promover uma educação que reconheça a pluralidade cultural e que contribua para a construção de relações mais justas e democráticas no espaço escolar (Candau, 2013, p. 78-79).

A proposta de um currículo multicultural reconhece que o conhecimento escolar não é neutro, mas historicamente construído a partir de relações de poder. Assim, a organização curricular deve problematizar quais saberes são legitimados e quais são silenciados, possibilitando a inclusão de narrativas que valorizem as contribuições dos povos afro-brasileiros, indígenas e de outros grupos historicamente marginalizados. Essa abordagem contribui para romper com a lógica eurocêntrica predominante na educação e favorece a construção de uma escola mais democrática e representativa.

Candau (2013) enfatiza que o currículo precisa ser compreendido como um espaço de negociação cultural, no qual diferentes identidades e experiências devem ser reconhecidas e respeitadas. Isso implica desenvolver práticas pedagógicas que promovam o diálogo intercultural, possibilitando que os estudantes compreendam e valorizem a diversidade presente na sociedade. Nesse sentido, a articulação com a pedagogia freireana torna-se evidente, uma vez que o diálogo e a problematização são elementos centrais para a construção de um conhecimento crítico e emancipador.

Para Moreira (2011) a efetivação de um currículo multicultural crítico depende de uma postura ativa dos educadores, que devem atuar como mediadores na construção de conhecimentos significativos e socialmente contextualizados. Essa atuação exige sensibilidade para lidar com as diferenças, bem como compromisso com a promoção da equidade e da justiça social. Assim, ao se articular com as discussões sobre racismo estrutural e educação antirracista, o currículo multicultural crítico se configura como um importante instrumento para a transformação das práticas escolares, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

No âmbito das políticas públicas e da formação docente, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2010) destaca a importância da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. A autora enfatiza que a efetivação das legislações depende diretamente do compromisso dos educadores com uma prática pedagógica antirracista e com a valorização das identidades historicamente marginalizadas.

A educação das relações étnico-raciais exige mais do que a inclusão de conteúdos nos currículos escolares; requer uma mudança de postura por parte dos educadores e das instituições de ensino. É fundamental que a formação docente contemple discussões sobre diversidade, racismo e identidade, possibilitando a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade e o respeito às diferenças.” (Silva, 2010, p. 25-26).

Nessa direção, a formação inicial e continuada de professores assume papel estratégico, uma vez que é por meio dela que se constroem os fundamentos teóricos e metodológicos necessários para a atuação em

contextos diversos. Conforme aponta Silva (2010), não basta que o professor tenha conhecimento superficial sobre a temática; é essencial que compreenda as dimensões históricas, sociais e políticas do racismo no Brasil, desenvolvendo competências para intervir de forma crítica no cotidiano escolar. Essa formação deve possibilitar a reflexão sobre práticas pedagógicas, incentivando a revisão de posturas, a desconstrução de preconceitos e a adoção de estratégias que promovam a equidade racial.

Logo, a efetivação das políticas públicas voltadas à educação das relações étnico-raciais requer o engajamento coletivo da comunidade escolar, articulando gestão, docentes e demais profissionais da educação. A implementação dessas diretrizes não se limita ao cumprimento legal, mas implica a construção de uma cultura institucional comprometida com a inclusão e a justiça social. Nesse sentido, a escola deve promover ações permanentes, como projetos interdisciplinares, formação continuada e revisão do projeto político-pedagógico, assegurando que a valorização da diversidade étnico-racial esteja presente de forma transversal em todas as práticas educativas.

Dermeval Saviani (2008) destaca que a educação deve ser compreendida como uma prática social intencional, vinculada às condições históricas e às relações de poder presentes na sociedade. A pedagogia histórico-crítica propõe que a escola não se limite à reprodução do conhecimento, mas atue na formação de sujeitos capazes de compreender criticamente a realidade e intervir nela. Ao relacionar essa abordagem com a temática étnico-racial, evidencia-se que o ensino deve problematizar as desigualdades historicamente construídas, promovendo a apropriação do conhecimento como instrumento de emancipação e transformação social.

Portanto, a contribuição de Saviani reforça a importância de uma prática pedagógica que articule teoria e ação, superando abordagens superficiais ou fragmentadas da diversidade. Nesse sentido, a promoção da igualdade racial na educação básica exige não apenas o reconhecimento das diferenças, mas a implementação de estratégias pedagógicas que enfrentem as desigualdades de forma concreta e sistemática. Assim, ao integrar os diferentes referenciais teóricos discutidos, consolida-se a compreensão de que uma educação comprometida com a diversidade étnico-racial deve ser crítica, intencional e transformadora,

contribuindo efetivamente para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões apresentadas, evidencia-se que a promoção da diversidade étnico-racial na educação básica constitui um desafio complexo, porém indispensável para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. O estudo permitiu compreender que, embora existam avanços significativos no campo legal, como as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, a efetivação dessas políticas ainda enfrenta entraves no cotidiano escolar, especialmente no que se refere à formação docente, à organização curricular e às práticas pedagógicas.

As contribuições teóricas de autores como Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga e Paulo Freire evidenciam que a educação das relações étnico-raciais deve ser compreendida como um compromisso ético, político e pedagógico. Nesse sentido, a escola precisa assumir um papel ativo no enfrentamento do racismo estrutural, superando práticas excludentes e promovendo uma educação crítica, dialógica e emancipadora. Não se trata apenas de inserir conteúdos nos currículos, mas de transformar concepções, atitudes e práticas que historicamente contribuíram para a marginalização de determinados grupos sociais.

Além disso, a perspectiva do currículo multicultural crítico, defendida por Vera Maria Candau e Antônio Flávio Moreira, reforça a necessidade de problematizar as relações de poder presentes no ambiente escolar e de valorizar a pluralidade cultural como elemento constitutivo do processo educativo. Essa abordagem contribui para a construção de práticas pedagógicas mais equitativas, capazes de reconhecer e respeitar as diferentes identidades que compõem o espaço escolar.

No âmbito das políticas públicas e da formação docente, destaca-se a relevância das contribuições de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, ao enfatizar que a efetivação de uma educação antirracista depende diretamente do compromisso dos educadores e da formação continuada. Assim, torna-se imprescindível investir em processos formativos que possibilitem aos professores compreenderem as dimensões históricas e sociais do racismo, bem como desenvolverem práticas pedagógicas comprometidas com a equidade racial.

Por fim, à luz da pedagogia histórico-crítica de Dermeval Saviani, compreende-se que a educação deve assumir um papel

transformador, articulando teoria e prática na construção de sujeitos críticos e conscientes. Dessa forma, conclui-se que a promoção da diversidade étnico-racial na educação básica exige uma atuação intencional, contínua e coletiva, envolvendo toda a comunidade escolar. Somente por meio de uma prática pedagógica comprometida com a justiça social será possível superar desigualdades históricas e construir uma educação verdadeiramente inclusiva e emancipadora.

REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera Maria. *Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 2013.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Nilma Lino. *Educação, identidade negra e formação de professores: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 167- 182, 2006.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. *Currículo, cultura e sociedade*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília: MEC/SECAD, 2010.

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União: Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. *Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008*. Altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639/2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União: Brasília, DF, 11 mar. 2008.